

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

Lorenzo Giuliano Bortolazzo Machado

A AÇÃO CATÓLICA E O PAPEL RESTAURADOR DO CLERO

Santa Maria, RS
2022

Lorenzo Giuliano Bortolazzo Machado

A AÇÃO CATÓLICA E O PAPEL RESTAURADOR DO CLERO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Graduado em História – Licenciatura**.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Marta Rosa Borin

Santa Maria, RS
2022

Lorenzo Giuliano Bortolazzo Machado

A AÇÃO CATÓLICA E O PAPEL RESTAURADOR DO CLERO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Graduado em História – Licenciatura**.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2022:

Marta Rosa Borin, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Gláucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)

Jorge Luiz da Cunha, Dr. (UFSM)

*Dedico este trabalho ao irmão que a
vida pôs ao meu lado, Angelo
Gabriel. E aos meus irmãos
membros da Comunidade Olhar
Misericordioso que a minha
trajetória espiritual designou.*

“Pobres desgraçados os que não tem fé! Viver sem uma Fé, sem um patrimônio para defender, sem sustentar a Verdade numa contínua luta, não é viver, mas fingir que se vive.” (Beato Pier Giorgio Frassati).

RESUMO

A AÇÃO CATÓLICA E O PAPEL RESTAURADOR DO CLERO

AUTOR: Lorenzo Giuliano Bortolazzo Machado

ORIENTADORA: Profa. Dra. Marta Rosa Borin

As transformações na Europa ao longo do século XIX, a partir do Iluminismo (século XVII), Revolução Industrial (século XVIII) e Revolução Francesa (século XVIII), provocaram mudanças políticas, econômicas e culturais. Isto foi sensível nas relações do mundo trabalho e no pensamento, haja vista novos horizontes. O surgimento do marxismo como perspectiva que propunha refletir sobre as condições dos trabalhadores, as lutas e contradições, bem como ideias de secularização da sociedade e o questionamento da autoridade temporal da religião, colocaram a Igreja Católica e sua hierarquia a observar e a constituir um pensar social próprio a partir do pontificado do papa Leão XIII (1878-1903). A Doutrina Social da Igreja foi sendo construída ao longo das primeiras décadas do século XX, chegando à fundação da Ação Católica pelo papa Pio XI (1922-1939), movimento católico internacional que objetivou a participação dos leigos, sob a tutela e orientação dos sacerdotes católicos para recristianizar a sociedade, afastar do “perigo comunista” e restaurar a conotação católica da sociedade, legitimando a atuação da Igreja no mundo.

Palavras-chave: Ação Católica, Igreja e Estado, leigos, ideias.

ABSTRACT

THE CATHOLIC ACTION AND THE RESTORING ROLE OF THE CLERGY

AUTHOR: Lorenzo Giuliano Bortolazzo Machado

ADVISOR: Professor Dr. Marta Rosa Borin

The transformations in Europe throughout the 19th century, from the Enlightenment (17th century), Industrial Revolution (18th century) and French Revolution (18th century), provoked political, economic and cultural changes. This was noticeable in the world's relations of work and in the thought, considering new horizons. The Marxism's emergence as a perspective that proposed to reflect about the conditions of workers, the struggles and contradictions, as well as ideas of secularization of society and the questioning of the temporal authority of religion, put the Catholic Church and its hierarchy to observe and constitute its own social thinking from the pontificate of Pope Leo the XIII (1878-1903). The Church's Social Doctrine was built throughout the first decades of the 20th century, reaching the foundation of Catholic Action by Pope Pius the XI (1922-1939), international Catholic movement that aimed at the participation of Catholic priests to re-Christianize society, under the tutelage and guidance of Catholic priests to re-Christianize the society, moved away from the "communist danger" and restore the Catholic connotation of society, legitimizing the role of the Church in the world.

Keywords: Catholic Action, Church, State, laity, ideas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 ENTRE AS IDEIAS E A FÉ: CONSTRUINDO UM PENSAR SOCIAL.....	13
2 IGREJA E REPÚBLICA NO BRASIL: DA TENSÃO À RECONCILIAÇÃO	25
3 CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

Praça de São Pedro, Vaticano. Em uma manhã de primavera europeia, 30 de abril de 2017, inspirado sob a arquitetura renascentista e barroca, o Papa Francisco dirige mensagem aos membros da Ação Católica Italiana ali presentes, por ocasião do sesquicentenário da fundação da Associação. Na oportunidade, o Papa chama os seus membros para “empenharem-se na política, mas na grande política, na Política com p maiúsculo” (FRANCISCO, 2017), salientando a importância da educação e da participação de intercâmbios culturais. Cabe-nos a pergunta de qual seria a política de p maiúsculo!

Pensar em uma justificativa implica em trazer aspectos da minha ainda incipiente trajetória de vida, mas que se insere no tempo com registros na memória “aqui e acolá”. Meu pai, durante tempo considerável, envolveu-se politicamente com o Partido dos Trabalhadores (PT) em Santa Maria/RS, uma cidade central do interior do Estado do Rio Grande do Sul, universitária e militar, marcada pela multiplicidade religiosa e populacional. Quando o referido partido esteve no comando do executivo municipal, entre os anos de 2001 e 2009, meu pai teve algumas oportunidades de ir ao bispado para tratar com d. Ivo Lorscheiter, bispo que governou pastoralmente a diocese até entre 1974 e 2004, assuntos referentes a ações sociais promovidas pela Igreja a nível local em parceria com o governo municipal.

Dom Ivo ficou conhecido como o bispo que na década de 1970, como secretário-geral da CNBB, posicionou-se contra os crimes da ditadura que violavam os direitos humanos, sendo visto como um bispo progressista partícipe de uma “esquerda católica”. Assim como ele, outros membros do episcopado brasileiro dividiam o cenário “altar-palanque” e comumente surgem na memória católica popular: d. Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e d. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo.

Mais recentemente, o pleito eleitoral de 2018, do qual exerci pela primeira vez o direito ao voto em uma eleição geral, fizeram-me estar em contato com um significativo número de católicos polarizados, muito das quais eu estreitava laços de amizade, inseridos em um “apostolado” ou “cruzada” de reflexões políticas, alicerçados no imaginário social e nas *fake news*, apostos contra o “fantasma do comunismo” e, em certa medida, lançando mão, conforme lhes era útil, dos ensinamentos da Igreja, esta que entendemos como uma instituição multifacetada no tempo, embora traga em si um conjunto de aspectos doutrinários que a dimensiona no atemporal.

Essas discussões expressavam-se por meio das redes sociais ou grupos de aplicativos de celular, no contexto do Ano Nacional do Laicato (2018), instituído pela Conferência Nacional

dos Bispos do Brasil (CNBB), que influenciou sobre a participação e atuação dos fiéis leigos na Igreja e para além dos espaços dela, nos diversos palcos em que a questão social está mais notavelmente em cena. “Vós sois o sal da terra e a luz do mundo” (cf. Mt 5, 13-16).

Todos esses enlevos no pensamento, associados ao meu engajamento voluntário em serviços pastorais marcados pelo assistencialismo material acompanhado do espiritual, fizeram-me inquietar sobre o pensar social dentro da Igreja, não somente pela hierarquia estabelecida, mas pelos fiéis que em diversos momentos e sob diversos modos engajaram-se ou tiveram contato em diferentes modos com as disputas políticas que se colocavam no palco social.

Durante os anos da graduação, iniciada em 2017, pude me envolver com projetos de pesquisa como o de História e Política coordenado pelo Prof. Dr. André Fértig, o de História e Saúde coordenado pela Prof^a. Dr^a. Beatriz Weber e o de História da Igrejas e das Religiosidades com Prof^a. Dr^a. Marta Borin, o qual permaneci mais tempo e cuja área de pesquisa me entusiasmei.

Isto posto, essas participações como bolsista ou voluntário levaram-me, não através de um exercício inconsciente ou apologético, à finalização da minha formação profissional enquanto acadêmico de História, diante do desafio de pesquisar com maior robustez, corroborando com a historiografia.

Se faz imperioso registrar que a iniciação científica tem o “dom” de possibilitar uma gama variada de possibilidades, as dificuldades do processo, de acalantar questionamentos encapsulados pela curiosidade do ser, neste caminho cujo ofício de “historiar” se apresenta muitas vezes com asfixias ou consolações para quem se propõe descobrir este emaranhado de situações que está no passado corroído pelo ácido ou preservado pelo conservante que é o tempo.

Com isso, a primeira investida em direção a este propósito foi a de pensar a dinâmica da Ação Católica na cidade de Santa Maria – RS, no decorrer dos anos do governo pastoral do terceiro bispo da diocese, Dom Antônio Reis (1932-1960), por meio dos grupos existentes.

Este tema se justifica devido ao escasso número de trabalhos acadêmicos sobre este tema. Entendemos que a Igreja Católica é uma instituição que ao mover-se no espaço temporal busca sentido de permanência e incorpora os desafios impostos pelas mudanças da sociedade, enquadrando-as a sua tradição, movendo as balizas da transformação social.

Ao pensarmos sobre a ótica do catolicismo social, percebemos algumas lacunas na historiografia sobre a Igreja pré-Vaticano II, que vem sendo preenchidas com produções acadêmicas das quais nos apoiamos para a execução deste trabalho, que pensam outras regiões do país ou outras facetas do catolicismo social.

A Igreja possui um corpo doutrinário para pensar e refletir as questões sociais. A forma em que os membros do clero e os leigos se apropriam desse aparato político-teológico manifesta-se em várias facetas, se articulam com visões de mundo dos agentes sociais e trazem para dentro da dinâmica da instituição católica as inquietações e desafios próprios das disputas pelo poder, o que muitas vezes polariza e traz à tona uma perspectiva de evangelização. Com isso, se quer traçar o perfil do envolvimento político-teológico dos agentes sociais católicos, dentro das propostas e realidades das quais este trabalho busca compreender e desta forma contribuir com a historiografia sobre o período.

Como bolsista PROBIC - FAPERGS/UFSM, projeto coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Marta Rosa Borin, acessei os volumes da Revista Eclesiástica Brasileira (REB) que se encontram na biblioteca da Faculdade Palotina de Santa Maria. No decorrer da leitura e análise das fontes, deparei-me com artigos periódicos escritos sobre a Ação Católica. Além disto, a leitura da tese da Prof^ª. Dr^ª. Jessie Jane Vieira de Sousa (UFRJ, 2002), intitulada *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil* e a tese de minha orientadora, a Prof^ª. Dr^ª. Marta Rosa Borin (UNISINOS, 2010) intitulada *Por um Brasil católico: tensões e conflitos no campo da República*, das quais considero o ponto de partida para o meu projeto de pesquisa, levou-me ao levantamento bibliográfico feito nas diversas plataformas de publicação de pesquisas acadêmicas, que me trouxe produções acerca de temáticas afins.

A metodologia pensada foi a de pesquisar em arquivos paroquiais, como o acervo da Cúria Metropolitana de Santa Maria, que se encontra nas dependências do Instituto São José, buscando cartas pastorais, decretos, livros tombo, atas de reuniões, estatutos e boletins, etc. Se propôs também pesquisar no acervo do Arquivo Histórico da Cúria Arquidiocesana de Porto Alegre, considerando que a cidade de Santa Maria permaneceu vinculada à Diocese de Porto Alegre por meio da Matriz de Cachoeira do Sul até 1910, quando, através da Bula *Praedecessorum Nostrorum*, o Papa Pio X erigiu a Diocese de Santa Maria, deixando-a sufragânea de Porto Alegre, elevada à época a Sé Metropolitana do Rio Grande do Sul. Articulou-se a realização de entrevistas com ex-membros da Ação Católica, sejam estes atualmente leigos ou clérigos, tratando este material como fonte oral.

No entanto, este trabalho é resultado de um processo de pesquisa e amadurecimento intelectual transcorrido no contexto da crise sanitária global da COVID-19, que condicionou o desenvolvimento do mesmo, o que contribuiu para a mudança vertiginosa da proposta, permanecendo a temática Igreja e sociedade.

A partir do direcionamento posto pela instituição católica através da hierarquia acerca da chamada “questão social”, perpassando os pontificados de Leão XIII, Pio X, Bento XV e

Pio XI, mais notadamente entre os anos de 1891 e 1931 e do processo de reaproximação do Estado com a Igreja, após o distanciamento proveniente da República, objetivamos pensar sobre quais fundamentos a Ação Católica se constrói como movimento e o pensar social da Igreja Católica no Brasil ao longo das primeiras décadas do século XX. Indagamos de que forma o papel do clero na Ação Católica foi unido ao processo de restauração católica no Brasil.

Para que essa fase do processo acadêmico não ficasse engessada, a solução encontrada foi a de buscar novos materiais em arquivos digitalizados e disponíveis na *Internet*. Além disso, obtivemos o apoio incansável do padre chanceler da Cúria de Porto Alegre, Pe. Agostinho e da Ir. M. Denise, do Instituto de Schoenstatt, que nos auxiliaram acessando e fotografando materiais como a revista UNITAS, periódico da Arquidiocese, enviando virtualmente este material. Como é próprio do processo de descobrir-se historiador, houve a necessidade de se adaptar ao tempo e às fontes encontradas, o que não causa demérito, uma vez que abandonando uma ideia inicial e passando à outra faz jus aquela variada gama de caminhos que mencionamos acima. Lançar-se à pesquisa tem disso: encontros e desencontros, neblina e paisagem clara.

1 Entre as ideias e a fé: construindo um pensar social

O presente capítulo apresenta considerações acerca do ofício de historiador, como aquele que se propõe a construir o conhecimento histórico. Em seguida, focalizamos em apresentar brevemente as transformações na Europa Ocidental, a preocupação da Igreja enquanto instituição em relação às dinâmicas sociais, bem como a proposta que foi a fundação da Ação Católica e quais os seus fundamentos.

Descortinar uma escrita oriunda da pesquisa é tornar palpável aquilo que a teoria histórica nos coloca como reflexão nos primeiros anos da academia. Não há sustentabilidade neste processo se este não passa, necessariamente, pela acuracidade de investigar, construir, debater, compreender, sistematizar, refazer as veredas traçadas e que pelo detalhe do método emergem na perspectiva de lapidar, não na forma de um revisionismo, mas a de apontar para outros elementos que contribuem, mas uma vez, no sentido corroborativo para aquilo que a historiografia tem ensinado, como é a proposta de um trabalho monográfico.

Sem essa clareza, há uma trama de informações que podem facilmente obscurecer, por meio de generalizações, àquilo que, *a priori*, está “perdido” na espiral do tempo é que deve ser acessado para iluminar as inquietações do presente. Nada mais lúcido do que dizer para aqueles que se colocam na enseada de construir o conhecimento histórico que a expressão cunhada por Marc Bloch parece sintetizar, quase que na forma de um lema, que o objeto do historiador é o “homem no tempo”, sendo a história uma constante busca que passa por escolhas.

Perpassando por diferentes perspectivas, a Escola Metódica Francesa, instituída a partir da fundação de *A Revista Histórica* em 1876, influenciada pelo Historicismo Alemão, defendia a neutralidade dos historiadores, a objetividade da pesquisa em História, o predomínio de uma história política norteadas pela cronologia de eventos e personagens e a análise criteriosa das fontes (BOURDÉ; MARTIN, 1983).

Para Langlois e Seignobos, representantes dessa escola e autores do manual *Introdução aos Estudos Históricos* (1898), “a história não passa da aplicação de documentos” (apud BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 102). Em uma visão romântica, a Escola Metódica acreditava que o maior desafio dos historiadores era encontrar os documentos históricos que, após serem analisados, seriam capazes de revelar a verdade dos fatos. Neste intuito, os acadêmicos difundiram a imperiosa necessidade de levantar, organizar e preservar as fontes disponíveis. Contudo, a noção de fonte/documento histórico que os historiadores dessa Escola possuíam era restrita se comparada com as concepções atuais, pois negligenciavam como fonte de estudo outras possibilidades materiais e fontes escritas diversas (BOURDÉ; MARTIN, 1983). Assim,

a noção de fonte limitava-se a documentos escritos considerados oficiais (cartas, decretos, diários) que possuíam validade conforme a oficialidade e a importância de quem as tinha produzido, a partir da crítica interna e externa.

A Escola dos Annales (1929-1989), orientada por Bloch e Febvre e por meio da *Revista Anais da História Econômica e Social*, criada em 1929, foi a responsável por tecer as principais críticas à Escola Metódica e aos historicistas:

Para se firmar como corrente historiográfica dominante na França, e estender posteriormente sua influência a outros países da Europa e também da América, os fundadores e consolidadores dos Annales precisaram estabelecer uma arguta e impiedosa crítica da historiografia de seu tempo (BARROS, 2010, p. 79).

As principais críticas dos Annales à história hegemônica é a ideia da história-problema que deveria substituir a história factual-objetiva reconstrutora do passado e o princípio de neutralidade por uma história que se faz a partir de questões formuladas pelo historiador, do estabelecimento de recortes temporais e embasamento teórico (BARROS, 2012).

Marc Bloch (2002) ponderou que o documento do qual se serve o historiador é o vestígio perceptível aos seus sentidos deixado pela ação humana no tempo (BLOCH, 2002). A partir da ideia que todo vestígio humano, diante de indagações coerentes, poderia oferecer respostas ao historiador, o movimento dos Annales favoreceu um gradual aumento na tipologia das fontes que estariam disponíveis para o acesso e compreensão do passado.

A História Cultural, com forte influência da antropologia, buscando estudar os diversos elementos da vida humana, ganhou destaque na historiografia da segunda metade do século XX. A revista marxista inglesa *New Left Review* contribuiu trazendo a cultura para o centro de suas análises, especialmente a partir do historiador Edward Palmer Thompson e seus estudos sobre a formação da classe trabalhadora e da cultura de resistência.

Para Krzysztof Pomian (1998), a história, enquanto disciplina acadêmica, encontra a partir da década de 1970, o crescimento progressivo da história cultural ao ponto de tornar-se predominante nas próximas décadas (POMIAN, 1998). Nesse momento, assiste-se a uma efervescência de estudos que possuíam o cultural como objeto de análise e o abandono progressivo dos projetos de uma história total. Antoine Prost (1998) comenta que

o historiador que pretende reconstituir as representações constitutivas de um grupo social é levado a privilegiar certos objectos de estudos que

requerem métodos de análise específicos. A atenção centra-se nas produções simbólicas do grupo e, em primeiro lugar, nos discursos que faz. Ou antes, nos seus discursos enquanto produções simbólicas (PROST, 1998, p. 129).

Nessa perspectiva, Baczko (1985) nos ajuda a compreender a importância que os discursos e narrativas possuem para os agentes sociais. Por meio de ambos, é possível fazer a defesa de suas imagens, posições e aspirações, ao criar representações de si, dos outros e do meio em que se inserem.

Com essa perspectiva, ainda que tenhamos utilizado fontes de documentos institucionais que poderiam nos levar a uma versão oficialista e laudatória, propusemos analisar o percurso teórico-teológico realizado pela Igreja Católica, a partir dos documentos pontifícios e outros meios (como trechos dos estatutos da Associação), para evidenciar quais ideias foram sendo construídas e que caracterizam um pensar da instituição religiosa.

Neste sentido, o nosso objetivo é compreender como os sujeitos partícipes da hierarquia católica romana e também o acentuado número daqueles que compõem as fileiras dos fiéis, *as almas*, propuseram e construíram um pensar social atrelado a um arcabouço teórico-teológico que refletia as relações e transformações que ocorreram na sociedade no final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Desse movimento, e que resultaria, como proposta concreta, na criação de um movimento mundial denominado Ação Católica, sendo este o ponto nodal desta pesquisa.

Entendemos a Igreja no mesmo sentido em que trabalha Jessie Jane de Souza, quanto discorre em sua tese sobre o catolicismo e as dinâmicas do mundo do trabalho, analisando a partir de uma perspectiva institucional, considerando que “até o final do século XIX, a Igreja Católica, como instituição, assistiu de forma impassível à glorificação do trabalho fabril”. (SOUZA, 2002, p. 19).

Para a autora, “Leão XIII buscou deste o início (...) a reconciliação do catolicismo com a nova era”, estando a Igreja “inserida na sociedade como uma força viva, que sua atuação fosse além da reação meramente defensiva diante do mundo moderno” (SOUZA, 2002, p. 47). É neste contexto que, a Igreja irá iniciar um processo de observação da sociedade moderna a fim de construir um conjunto de definições que objetivaram, enquanto doutrina social católica, a moralização e as balizas para o poder temporal e a sua dinamicidade, no que tange as transformações políticas e econômicas da sociedade moderna.

As revoluções dos séculos XVIII e XIX provocaram transformações estruturais na Europa e na sociedade ocidental, no tocante aos aspectos políticos, econômicos e culturais. As

mudanças oriundas da Revolução Industrial causaram a intensificação da desigualdade social, tensionando classes distintas, como o operariado e a burguesia.

A Revolução Francesa (século XVIII), seguindo o ideário iluminista, ao proclamar os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, trouxe a perspectiva secularista, o que provocou o confisco dos bens da Igreja e a supressão das ordens religiosas. O clero, na gênese do processo revolucionário, olhou com propensão para o desencadeamento dos fatos que questionavam a forma com que a França era governada (MARTINA, 1996, p. 13).

Para os católicos franceses, “era necessário barrar o processo de desmoralização da Igreja” (BIASOLI, 2010, p. 28). Conforme elucida Riolando Azzi (1991, p. 227),

com a explosão da Revolução Francesa e com suas manifestações anticlericais, a Santa Sé passou a considerar a proclamação das liberdades políticas e religiosas uma orientação incompatível com a ordem desejada por Deus.

O Concílio Vaticano I (1869-1870), convocado por Pio IX, proclamou o dogma da infabilidade papal¹. Na concepção exposta no Catecismo Maior de São Pio X, publicado em 1905, há àqueles que compõem a Igreja docente (bispos dispersos ou reunidos em Concílio, sob a autoridade do Romano Pontífice) e àqueles que compõem a Igreja discente, ou seja, todos os fiéis.

Pierre Bourdieu, em sua obra *A economia das trocas simbólicas*, conceitua *campo religioso*, como a gestão dos bens de salvação constituídos por especialistas religiosos socialmente reconhecidos como detentores desses bens, sendo oposto a isto os leigos (ou profanos) que não possuem o capital religioso, sendo o conhecimento necessário para a autonomia e legitimidade, hegemonia e consumo dos bens de salvação.

Aplicando este conceito e tomando-o como essencial para o desenvolvimento do nosso trabalho, podemos entender, a partir da leitura de Bourdieu, que os “especialistas religiosos” são partícipes da docência da Igreja e os profanos ou leigos aqueles que compõem o corpo dos fiéis. Com o dogma da infabilidade, se considera que todo pronunciamento do papa em relação à fé e à moral deve ser aceito por todos os fiéis de forma inquestionável.

Jean Remy, ensaísta francês, buscou compreender como a hierarquia católica se colocou no palco das disputas sociais e políticas, argumentando que este exercício por parte dos agentes

¹ Concílio Vaticano I: Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, cap. IV.

da Igreja se alicerça em sua autoridade simbólica. Percebemos aqui que a mesma perspectiva não se aplica às questões sociais, o que nos possibilita pensar que o olhar da Igreja, enquanto instituição dotada de um corpo hierárquico, para as transformações da sociedade e a concepção basilar na formação dos estados nacionais se norteia por questões simbólicas, relações de poder e se justifica pela presença identitária-temporal da religião católica na sociedade, mas do que por qualquer outra prerrogativa doutrinária.

Com o retorno a uma filosofia tomista², a Igreja se coloca diante do liberalismo que, oriundo das ideias iluministas, é visto como uma ameaça para a instituição católica quando essa se depara com o poder depositado no Estado.

Em defesa da propriedade privada, a Igreja inicia um processo de um pensamento social próprio, o que não é demasiado dizer que se coloca como uma via alternativa ao liberalismo e socialismo, ainda que não haja essa pretensão. No entanto, havia um inimigo do qual exigia esforços mais enérgicos por parte da Igreja e que estava conquistando a classe operária: o comunismo.

Em 1848, foi publicado o Manifesto Comunista, tratado político influenciado pela Liga dos Justos. Foi escrito no contexto das lutas urbanas denominadas Primavera dos Povos e visava mostrar as condições dos trabalhadores e a capacidade de luta existente na unidade dos mesmos. A obra escrita pelos pensadores alemães Karl Marx e Friedrich Engels discorre sobre as tensões entre as classes operárias e burguesas e propunha, de forma revolucionária, o desmantelamento das desigualdades enraizadas na sociedade. Para Hobsbawm (1996, p. 28), “nunca houve uma [revolução] que se tivesse espalhado tão rápida e amplamente, alastrando-se como fogo na palha sobre fronteiras, países e mesmo oceanos”.

Para a Igreja Católica, adepta e mantenedora de uma estrutura corporativista, patriarcal, conservadora, entre outros pontos, essa perspectiva veio de encontro aos seus valores. Para a instituição católica, o comunismo era mais um obstáculo degradante a ser combatido:

“contra a Igreja, no decurso dos séculos, se levantaram a Sinagoga, o Império Romano, o Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante e a revolução Francesa; todos esses inimigos foram vencidos, também o será o inimigo de undécima hora - o comunismo ateu.

² Compêndio de doutrinas teológicas e filosóficas inauguradas por São Tomás de Aquino (1225-1274), consideradas o principal eixo do pensamento escolástico, que busca harmonizar a perspectiva racionalista aristotélica com o pensar do cristianismo.

Com o pontificado de Leão XIII (1878 – 1903), aparecem as encíclicas sociais que propunham difundir doutrinariamente os perigos insurgentes na modernidade, entre eles o comunismo e as variantes marxistas. Entre os principais documentos temos a *Quod Apostolici Muneris* (1878), a primeira a condenar o comunismo; *Diuturnum Illud* (1881), sobre a origem da autoridade civil; *Immortale Dei* (1885), sobre a constituição cristã dos Estados; *Liberta Praestantissimum* (1888), sobre a verdadeira e a falsa noção de liberdade; *Sapientiae Christianae* (1890), sobre os deveres dos cidadãos cristãos para os seus Estados e a mais expressiva e tida como documento basilar *Rerum Novarum* (1891), sobre o trabalho e o capital, isto é, os direitos e os deveres de empresários e trabalhadores.

No entanto, a concepção da Igreja era a de pregar a harmonia entre as classes, para que os oprimidos aceitassem sua condição e não gerassem conflitos com os patrões.

Não luta, mas concórdia das classes.

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vão. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições.³

Destarte, com a publicação desta encíclica, a Igreja, através do papado, inaugura um pensar mais específico acerca das transformações trazidas pela modernidade. Leão XIII considera que

O século passado destruiu, sem substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religiosos desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, entregues à mercê dos senhores

³ LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários)*. São Paulo: Loyola, 1991.

desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganancia, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornara o quinhão dum pequeno número de rico e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.

O papa Leão XIII propunha que os trabalhadores católicos se unissem em associações que não fossem hostis à fé. No entanto, alguns segmentos católicos tinham a *Rerum Novarum* como “um documento essencialmente anti-socialista, de orientação reacionária e sem importância dentro do movimento de emancipação dos trabalhadores”, sendo sua argumentação “tardia, abstrata, por não partir de uma análise concreta do capitalismo e seus males, mas de considerações de ordem moral e ética” (SOUZA, 2002, p. 84).

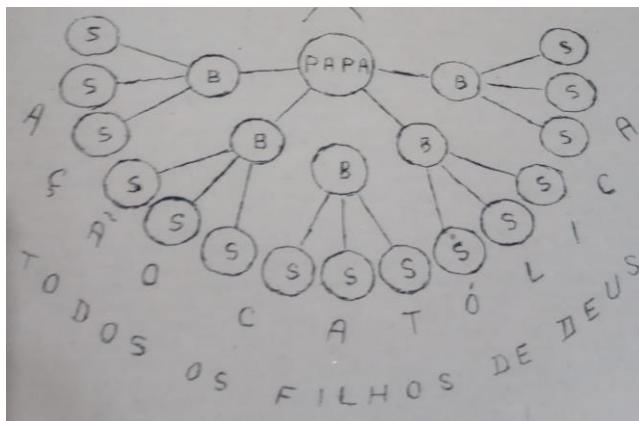
A publicação deste documento pontifício significou, no entanto, o rompimento com uma visão romântica, medieval, marcado pelo pré-capitalismo rural, permitindo que o catolicismo social se inserisse no palco das disputas sociais.

No pontificado de Pio X, às críticas ao modernismo e a não sinalização para elementos que pudessem dialogar com as transformações sociais constituiu, a grosso modo, um estremecimento quanto ao vislumbre dado pela Igreja ao poder temporal, retornando a uma concepção cética e não conciliatória como a difundida pelo papado antes de Leão XIII.

Anos mais tarde, o cardeal Ambrogio Ratti foi eleito ao trono de São Pedro como Pio XI, publicando no mesmo ano, 1922, a carta encíclica *Ubi Arcano Dei Consilio* propondo desta forma alicerçar concretamente os pressupostos que indicavam o pensar social da Igreja construído até aquele momento. Trata-se da criação da Ação Católica. Para o pontífice,

A Igreja é a única que ensina, por um mandato e ordenação divina, a obrigação que têm os homens de ajustar à lei eterna de Deus toda sua conduta, tanto a privada como a pública, como indivíduos e como membros da sociedade.

Imagem 1: organograma da Ação Católica.



A partir deste intuito do papado de expressar o pensar social da Igreja e assim balizar as transformações na sociedade moderna, três anos após a publicação da *Rerum Novarum*, o padre belga Adolf Daens fundou a Congregação dos Padres Operários, sendo um atuante na vida política do país. Desafiando os grandes proprietários e os católicos conservadores, o padre Adolf buscou implementar a orientação dada pela encíclica de Leão XIII, sendo visto posteriormente como um propulsor do “socialismo cristão”.

Ao pensarmos a atuação de um sacerdote operário, podemos caracterizá-la pela denúncia das péssimas condições de trabalho nas fábricas têxteis, a possibilidade constante de acidentes e também, a substituição dos operários por mulheres e crianças, vinculando a isto o exercício do ministério sacerdotal, com o auxílio espiritual no meio operário. Publicando suas ideias em um periódico da época, padre Daens proporcionou o debate e a conquista do sufrágio universal em 1893, tendo sido eleito para o parlamento no ano seguinte com o compromisso de defender os agricultores, pequenos comerciantes e operários de fábricas.

Ficando isolado em seu partido, não conquistou a reeleição em 1906, após uma campanha de difamação, falecendo no ano seguinte. Em 1992 o filme *Daens*, de François Chevallier, baseado no livro de Louis Paul Boon, retratou o padre operário como um sacerdote envolvido na luta pelos direitos dos trabalhadores.

Imagem 2: fotografia do padre Daens.



A Ação Católica Portuguesa, fundada em 1932 pelo cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, foi um dos movimentos que o salazarismo usou para se legitimar. Um processo semelhante ocorreu no Brasil com reaproximação da Igreja com Estado, durante o governo Getúlio Vargas, o que veremos no capítulo seguinte.

Tomaremos a Ação Católica Francesa para exemplificar os fundamentos do movimento e que serviu como matriz para os países em que ela foi implementada.

Padre José Lamartine Soares, vice-presidente nacional da Ação Católica Brasileira, ao traçar um panorama histórico do movimento, tomou o exemplo francês. A obra *Sei e Creio: enciclopédia do católico no século XX*, de 1959, coloca que a história da Ação Católica “é decorrência dos condicionamentos às circunstâncias do tempo, lugar e pessoas, e, como tal, sujeito a exame e julgamento de valor” com a “possibilidade de variadas formas de organização da A. C., dependendo do país e neste, das circunstâncias do momento”.

Só há Ação Católica quando essa envolve católicos leigos, com a finalidade de propagar o Reino de Deus, articulada por meio de Movimentos⁴. No que diz respeito ao pertencimento dos membros, isto deve ser pautado não pela fidelidade às definições teóricas do que é a A. C., mas pelo reconhecimento oficial da Igreja. Isto nos leva a pensar na orientação de tutela dos membros por parte das autoridades eclesialísticas, considerando que a “Ação Católica é a colaboração dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja”.

⁴ Entre os grupos que compõem a Juventude da Ação Católica estão: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica).

Nossa pesquisa não observou se havia um instrumento canônico para observar e julgar a atuação dos movimentos vinculados à Ação Católica, mas a existência do assistente eclesiástico (GARRONE, 1960, p. 8-15), cujo papel iremos apresentar no próximo capítulo.

Como apresenta Riolando Azzi, os inimigos da Igreja eram o liberalismo e o socialismo e os avanços democráticos trazidos pela Revolução Francesa, sendo estes, na visão da Igreja, caminho aberto para a desordem e a anarquia (AZZI, 1994, p. 31). No centro do pensamento de Pio XI, está a “classe operária perdida para a Igreja”. Com essa percepção é que surge a Juventude Operária Católica (JOC). Este foi um mecanismo para responder ao fenômeno do desprendimento religioso por parte da classe operária. Na França, a Ação Católica no meio operário iria se envolver também com o mundo agrário e o mundo estudantil.

Seguindo no entendimento do mesmo autor, a Igreja na França olhava para dois setores: o social e político. O primeiro, trata-se do palco dos acontecimentos e problemas graves onde os valores cristãos eram provados. O segundo, dividido entre uma esquerda que se mostrava com valores contrários à fé católica e a uma direita que parecia defender, em matéria política, valores oriundos da própria Igreja.

Anterior à fundação da JOC, a Igreja na França contava com a presença da *Association Catholique de la Jeunesse Française* (Associação Católica da Juventude Francesa – A. C. J. F.), que se propunha a ser uma escola de formação cívica para os cristãos que buscavam a vivência da fé e os princípios doutrinários da Igreja para nortear suas ações, ou seja, trazia consigo o caráter espiritual de evangelização e também o direcionamento político a partir do que analisava e propunha a Igreja para em matéria de sociedade. Em 1924 havia na França o movimento dos Homens Católicos que depois se uniu a Ação Católica e suas especialidades.

A Ação Católica esteve ligada ao Magistério da Igreja, que pode ser entendido como os documentos, cartas, diretrizes, conselhos e advertências sobre determinado tema que seja relevante para a vida da Igreja, sua relação com o campo social sua atuação como um todo, ou seja, as bases que devem ser consideradas quando se promove a *práxis católica*. O próprio papa Pio IX despendeu atenção ao Movimento que criara, juntamente com o intervencionismo da Santa Sé que acompanhava “a diversidade da Ação Católica, segundo as espécies e os locais” (GARRONE, 1960, p. 46).

Todavia, a conduta da Igreja nem sempre é precedida por um pressuposto teórico, mas a sua ação é afirmada ou rejeitada pela autoridade apostólica, no caso o papa. Isso se torna evidente quando pensamos em uma instituição multifacetada, não homogênea, que se insere em diferentes contextos, culturas e observa o desenrolar dos acontecimentos temporais, protegendo-se e corrigindo aquilo que julga necessário conforme os seus princípios.

Quanto ao episcopado, coube a missão de receber os movimentos que surgiam em suas dioceses. A oficialidade para a existência dos mesmos dependia da autorização da autoridade eclesiástica local – o bispo – que ficou conhecido como mandato. O surgimento das comissões episcopais (conferências) a nível país ou continente foi influenciada pela preocupação dos bispos⁵ de acompanhar pastoralmente os movimentos vinculados à Ação Católica.

Como foi exposto anteriormente, a Ação Católica envolve membros leigos que cooperam com a hierarquia da Igreja. Neste sentido, houve um entendimento elementar que essa forma de apostolado estava essencialmente ligada ao sacramento do Batismo, uma vez em que os leigos eram chamados a expansão do reino de Cristo no mundo, dada sua vinculação à fé e à Igreja. Com isso, criou-se uma consciência, uma mentalidade, um discurso para justificar a necessidade da A. C., um recurso de convencimento dos membros.

Passamos agora a apresentar algumas expressões que codificam o movimento, que formou um vocabulário próprio, tais como: o meio, a ação e o inquérito. O meio seriam as realidades, muitas vezes considerada profanas; a ação que se baseia pelo princípio de cooperação e o inquérito, que propunha *Ver, Julgar e Agir* como a forma de critério moral e social, qualificando o social conforme o Evangelho e a Igreja.

As definições que encontramos em materiais sobre a Ação Católica a respeito deste vocabulário específico se apresentam de uma forma vaga, por vezes generalizante.

Uma das figuras de destaque existente na Ação Católica é a do Assistente. O Assistente era sempre um sacerdote católico, licitamente ordenado, que tinha a responsabilidade de “acordar as consciências cristãs para os seus deveres e para os recursos próprios no desenvolvimento do reino de Deus” (GARRONE, 1960, p. 77).

Essa assistência dada aos grupos existentes estava ligada à dinâmica paroquial e diocesana de cada cidade, impulsionada por um parâmetro dado pela Ação Católica à nível nacional e mundial. Por essa característica, no andamento da nossa pesquisa, não identificamos a existência de organizações regionais ou por macrorregiões.

Em 1931, o papa Pio XI publicou a carta encíclica *Quadragesimo anno*, em que celebrava os quarenta anos da publicação da *Rerum novarum* por Leão XIII. Neste documento, a Igreja mais uma vez sinalizava apontamentos para as inquietações dos católicos que se envolviam na ação social. Inspirada na escola filosófica do solidarismo, a carta reafirma a necessidade de um equilíbrio entre o capital e o trabalho, sendo função da Igreja preencher o

vazio dos indivíduos em relação ao Estado e isto poderia ser efetivado por meio de agremiações, grupos e associações, rejeitando o sindicalismo clássico e aproximando-se do corporativismo.

Seis anos depois, em 1937, a encíclica *Divino redemptoris*, retomava a questão operária e a condição dos trabalhadores, condenando o comunismo, considerado ateu e averso aos valores cristãos. Desta forma, a Igreja estava mais uma vez propondo afastar os operários das ideias marxistas, do comunismo e tudo que viesse subverter a ordem moral e social.

2 Igreja e República no Brasil: da tensão à reconciliação

O nosso olhar se volta para a situação da Igreja nas primeiras décadas da República, sua relação estremecida e reconciliada com o Estado. Compreendemos até aqui que a Ação Católica propôs a ser um movimento, a nível mundial, que reavivasse os princípios cristãos e os valores católicos na sociedade moderna. No capítulo anterior, fizemos uma síntese dos fundamentos da A. C, como a Igreja fundou um pensar social à luz de sua própria doutrina e pressupostos morais, a partir das transformações que ocorreram na sociedade moderna até a criação da A. C. pelo papa Pio XI.

Uma possibilidade de pesquisa que se desvenda é a de observar, por meio da História Comparada, como A.C. se concretizou nos países europeus, pois aqui apresentamos de forma sintética o movimento na França, Portugal e os padres operários. Com este objetivo, pode-se contrastar com o percurso do movimento em terras brasileiras.

Pensar como que este movimento se efetivou no Brasil considerando as especificidades regionais é uma proposta que também espera por uma investigação histórica ampliada. Nossa proposta neste capítulo é a de pensar quais ideias se apresentavam para a atuação dos sacerdotes na Ação Católica, o que era proposto a eles enquanto agentes sociais e líderes religiosos, e o projeto de restauração do catolicismo na sociedade, inserindo essa análise em um contexto em que o clero, preocupado com o trabalhador, vislumbra as dificuldades do mundo do trabalho nos primeiros décadas da República.

Não se trata – e aqui delimitamos nossa pesquisa – de mostrar como a A.C foi implementada e compreendida, quais as reflexões gerou entre os membros do clero e os militantes leigos, mas observar e compreender, com base no pensar social da Igreja, quais diretrizes foram construídas e como a A.C era vista como uma alternativa evangelizadora e moralizante da sociedade.

Começamos por observar a situação da Igreja com o advento da República em 1889, dois anos antes da publicação da *Rerum Novarum*. Em 1891, a Constituição foi outorgada, extinguindo o padroado, determinando o ensino laico nas escolas e a secularização dos cemitérios. As discussões na fase de elaboração do novo documento constitucional propunham a lei da mão-morta⁶ e tirava dos religiosos o direito ao voto. Este último aspecto não se confirmou no texto definitivo.

⁶ Trata-se de um dispositivo legal pelo qual o patrimônio das instituições desaparecidas era incorporadas ao Estado.

Como colocado no capítulo anterior, a discussão trazida pelos bispos em face do novo regime é devida o fato de que a maioria da população pertencia à religião católica, o que deveria gerar por parte dos agentes políticos o respeito aos religiosos, se desejassem ser fiéis ao princípio da democracia.

Um *Reclamação* dos bispos dirigida ao chefe do governo provisório colocava aos deputados constituintes o pedido que os artigos que estão sendo discutidos fossem corrigidos, pois afetavam a atuação da Igreja no Brasil. Neste contexto, cartas pastorais coletivas serão publicadas para chamar a atenção à situação que estava sendo vivida pela Igreja e alertando os fiéis sobre os perigos no novo regime.

A primeira pastoral coletiva do episcopado brasileiro foi publicada em 1890, quatro meses após a Proclamação da República. Os bispos advertiam⁷ que

“A doutrina católica ensina-nos... que o tipo ideal de perfeição social não consiste na *multiplicidade das seitas religiosas* e na tolerância universal delas, mas sim na unidade perfeita dos espíritos pela unidade da mesma fé”. (*grifo nosso*)

Em 1910, a terceira pastoral coletiva de parte do episcopado brasileiro apontava que a liberdade de culto tinha como pano de fundo o liberalismo, cuja filosofia já havia sido condenada pelo papa Leão XIII. Para os bispos, a república era imoral e ilegítima, e os seus defensores eram visto por parte dos clérigos como vinculados ao ateísmo e à impiedade, considerando que

“a Igreja não pode aprovar essa liberdade, que produz o desprezo das leis santíssima de Deus e recusa a obediência devida ao poder legítimo. Essa é antes licença que liberdade”.

Uma característica do período era o anticlericalismo, cujos defensores não aceitavam a criação de uma Nunciatura Apostólica no Brasil, pois a instituição religiosa estaria revestida do caráter de representação diplomática, pois entendiam que seria um jogo duplo da Igreja para encobrir as manobras da influência romana no Brasil.

A romanização foi um projeto que buscou a restauração da fé católica na sociedade brasileira, tendo como princípio a fidelidade irrestrita à Santa Sé. A presença de congregações

⁷ *O Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis do Brasil*. São Paulo, Tip. Salesiana, 1890, p. 24-25.

religiosas no país orientada pelo princípio de liberdade de culto “fez com que o catolicismo brasileiro fosse cada vez mais enquadrado dentro dos moldes europeus” (AZZI, 1995, p. 31).

Deixava completamente aberta as portas do país para a entrada de reforços estrangeiros para a pastoral, tanto em nível de sacerdotes, como em nível de religiosos (LUSTOSA, 1991, p. 18).

Podemos observar, pela historiografia sobre o período, que “nos primeiros decênios após a Proclamação da República (1889-1910), a Igreja conversou, negociou, brigou por seus direitos, até atingir quase resignada, um nível de aceitação dos fatos e de composição com o governo que apontasse perspectivas favoráveis para os trabalhos da missão pastoral” (LUSTOSA, 1991, p. 20).

Os anticlericais⁸ não queriam a nunciatura, pois entendiam que seria um jogo duplo da Igreja o para encobrir as manobras da influência romana no Brasil. Além disso, a

Igreja católica, que já perdera o apoio do Estado, devia agora também lutar em regime de concorrência com outras denominações religiosas para manter sua área de influência no Brasil, sobretudo na família e na escola (AZZI, 1994, p. 26)

Os bispos entendiam que o enfraquecimento do poder institucional da Igreja se deu pelo avanço de doutrinas consideradas como falsas, tais como o liberalismo e o socialismo. Já o avanço de outras religiosidades era oriundo da laicização do Estado, o que permitiu a presença, por exemplo, do protestantismo e do espiritismo.

O objetivo era por meio das cartas pastorais convencer de que a Igreja estava disposta em reivindicar os antigos privilégios que foram tirados com a implementação do novo regime, bem como a preservação de antigos valores morais e sociais, como por exemplo a manutenção institucional da Igreja pelo estado monárquico.

Segundo Riolando Azzi,

O discurso episcopal de forma alguma está em consonância com a realidade, pois as mudanças socioeconômicas nesse período não foram tão significativas a ponto de abalarem profundamente a estrutura social, continuando o país ainda a reger-se em larga escala pelos padrões da tradicional sociedade patriarcal. A afirmação dos valores burgueses, bem como o processo de urbanização e industrialização do país, se faz em ritmo relativamente lento, e apenas em

⁸ Dividido entre os anárquicos e os liberais.

algumas regiões apresentam-se de forma mais expressiva (AZZI, 1994, p. 39)

Contudo, lentamente a Igreja começa a absorver o novo regime e inicia um discurso de fidelidade e respeito às autoridades constituídas, marcado por um sentimento de conformidade. É em 1910 que os bispos escrevem a oração “pela Igreja e pela Pátria”, em que propõe aos fiéis a necessidade de se rezar “pelo papa, o bispo, o pároco, o chefe da Nação e do Estado”.

Para José Murilo de Carvalho,

no início da República nasceram ou se desenvolveram várias concepções de cidadania, nem sempre compatíveis entre si. Se a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem. O setor vitorioso da elite civil republicana ateu-se estritamente ao conceito liberal de cidadania, ou mesmo ficou quem dele, criando todos os obstáculos à democratização. (CARVALHO, 2004, p. 64)

A Igreja, sobretudo os fiéis irão, neste contexto de efervescência, irão se vincular a ideias e perspectivas do próprio catolicismo, tais como:

- a) a romanização da Igreja, que defendia fidelidade irrestrita à Santa Sé, o universalismo com base no controle e na subordinação.
- b) o ultramontanismo, que se estabelecia em moldes tridentinos, reafirmando uma posição antiliberal, cujos adeptos eram os membros das congregações religiosas que vieram da Europa e tinham pouco apreço pela realidade brasileira;
- c) o tradicionalismo monárquico, que reunia aqueles que haviam exercido papel político relevante no período imperial e se sentiam marginalizados diante da República;
- d) o catolicismo rústico, cujos adeptos são pertencem ao meio rural e às camadas populares, com a visão unitária da Cristandade;
- e) o catolicismo liberal, que considerava o fim do padroado monárquico uma libertação e defendia a união entre a Igreja e o Estado, havendo aceitação do novo regime.

Observa-se também entre os ultramontanos atitudes intransigentes em face das orientações que vinham de Roma, no que diz respeito a aceitação do novo regime, o que gerava entre eles o sentimento de uma catolicidade maior e mais genuína do que a do próprio papa.

Para Lustosa, “as relações do catolicismo brasileiro com Roma se desenvolvem, após a Proclamação da República, sem entrava algum”, estando a Santa Sé “muita mais presente sob o ponto de vista administrativo, político e jurídico-pastoral”. Segundo o autor, a centralização implicaria a reprodução, no Brasil, da ação pastoral existente nos países europeus.

A partir destas vertentes, podemos dividir a maioria dos católicos, entre duas grandes correntes: a dos católicos monarquistas, que saudosos questionavam a legitimidade do regime republicano e se identificavam com o ultramontanismo e os católicos republicanos, que defendiam a modernidade, o progresso, viam na monarquia uma instituição arcaica, ligados ao pensar social trazido pelo papa Leão XIII.

Em 1894, o papa enviou ao episcopado brasileiro a carta *Litteras a vobis*, tratando o novo regime como um fato consumado. Para ele, o episcopado devia seguir em frente, com “caridade muito íntima e uma concórdia de espírito”.

O lento processo de reconciliação e de aproximação vai sendo operado nas primeiras décadas do século XX. Neste período, a Igreja ficou atenta a todas as brechas que o Estado lhe dava, observando o desenrolar no plano político e social, mantendo-se alerta contra os ataques dos anticlericais e maçons. Surgirá, por exemplo, a tentativa de organizar partidos políticos por parte dos leigos, o que nem sempre será visto com bons olhos pelos bispos. Um partido radicalmente católico foi o *Partido Regenerador* (1908 – 1911), em Minas Gerais.

Uma proposta específica quanto às ações partidárias, era a publicação de diretrizes, orientações para a escolha dos candidatos, por meio da *Liga Eleitoral Católica*.

O cardeal Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro, em carta pastoral⁹ de 1917, colocava que era “incontestável a influência da palavra sacerdotal, e não hesitamos em colocá-lo ao serviço da Pátria”. Neste mesmo sentido, o arcebispo de Porto Alegre, d. João Becker apontava o caminho, a da união entre o poder civil e o poder eclesiástico:

“Procuraremos colaborar com os poderes constituídos de modo que as duas bandeiras, da Pátria republicana e da Igreja, possam marchar paralelamente uma ao lado da outra, completando a ação que ambas devem realizar, sem nunca se repelirem”.¹⁰

⁹ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Porto Alegre.

¹⁰ *Carta Pastoral de D. João Becker, Pela Pátria*, Porto Alegre, 1917, p. 6.

O sucessor do cardeal Arcoverde no Rio de Janeiro foi o cardeal d. Sebastião Leme¹¹, que em 1935, fundou¹² a Ação Católica Brasileira, sendo o primeiro presidente Alceu Amoroso Lima. Neste momento, a Igreja encontraria no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), a ponto de unidade necessário para selar a reaproximação: o anticomunismo¹³ e a organização da classe operária conforme os projetos do governo, sob a ótica de moralização da sociedade e o enquadramento dos trabalhadores.

A própria ascensão do novo governo a partir do Movimento de 1930 não gerou preocupação por parte dos católicos mais conservadores, ligados ao Centro D. Vital, no Rio de Janeiro. Isso se dava devido a natureza política do movimento, não havendo nenhum delineamento que abalasse os princípios católicos, como a Revolução Francesa de 1789 ou a Revolução Russa de 1917 (ATAÍDE, 1930, p. 10).

Passamos agora a pensar o movimento da Ação Católica no Brasil a partir das propostas que orientavam a atuação do clero. Qual conduta pastoral devia ter o assistente eclesiástico? Essa pergunta formulamos a partir do entendimento de que o clero, enquanto liderança social, pautado por valores e princípios religiosos que influenciam, constroem e recusam moralidades, se insere neste processo de recristianização da sociedade, o estabelecimento do *Reino de Cristo no mundo*, como apontado pelo papa Pio XI, em face do laicismo da república.

O que confortava os bispos é que a liberdade religiosa colocada pelo texto constitucional de 1891 não colocava balizas para a atuação pastoral dos religiosos, o que sugeria a legitimidade legal para a elaboração de variados mecanismos que pudessem contribuir para a afirmação da sociedade quanto católica. O mesmo não pode ser afirmado, por exemplo, quanto a existência de outras expressões religiosas não cristãs, como as de matriz africana.

Com este entendimento, a Ação Católica era vista pelos católicos como

“a tática mais modera da Igreja para partir à conquista da idade nova. É a organização das suas milícias, compenetradas todas da

¹¹ A Ação Católica no Brasil foi oficializada com a publicação do Mandamento dos Bispos do Brasil. Souza (2006) afirma que a Ação Católica, no Brasil, foi composta por dois momentos distintos: de 1932 a 1950, chamada de Ação Católica Geral e, de 1950 a 1960, a Ação Católica especializada e seus grupos de juventude JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e JOC (Juventude Operária Católica).

¹² O primeiro núcleo da Ação Católica, no modelo pensado por Pio XI, surgiu em Recife três anos antes, 1932, sob a animação do Pe. João Batista Portocarrero Costa. Era um núcleo de Juventude Feminina Católica. (DICK, 1993, p. 2)

¹³ O catolicismo identificou o comunismo como o “mal do século XX”, tornando-se a Igreja Católica uma das mais importantes instituições na luta contra a ideologia comunista. Para alguns intelectuais católicos o comunismo era o último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos “erros” iniciados no período da Renascença. (MOTTA, 2002, p. 18).

responsabilidade de sua grava missão. E é o emprego de métodos delicadíssimos de atuação social, por infiltração direta em toda linha, em vez do ataque em massa e em linha com o Estado e a política (LIMA, A. 1935, p. 162).

Neste reencontro entre a Igreja o Estado, Cassier coloca que o secularismo não gerou um espírito de aversão generalizada à religião, havendo a presença atuante dos valores do cristianismo nas sociedades derivadas do pensamento Iluminista (CASSIER, 1979, cap. 4).

Segundo elucida Lenharo (1986), este momento de reconciliação teve um custo: a “sacralização do poder”, cuja estrutura do Estado se apresentava como a de uma religião, com símbolos, dogmas, orientações políticas e decretos a serem obedecidos. Para o governo, a Igreja possuía uma sólida hierarquia que comandava uma estrutura corporativista bem consolidada.

Com essa clareza entre ambos,

A Igreja temia as “massas”, por isto o exército de Cristo buscava organizá-las e domesticá-las, a fim de que o Estado pudesse exercer sobre elas seu poder onipotente. Esse temor da Igreja fez surgir os rituais sacralizadores do trabalho promovido após os anos 1930. A instituição tinha receio, sobretudo, da desesperança dos excluídos, dos miseráveis que engrossavam as ruas das grandes cidades”. (SOUZA, 2002, p. 136).

O periódico¹⁴ católico *A Ordem* publicano no Rio de Janeiro na década de 1930 era o fio propulsor que delineava o pensamento católico afim de regimentar as forças, recristianizando as representações da vida pública. Com este apelo, a indicação era a de organizar os trabalhadores católicos no Brasil para que estes pudessem se entender como uma força política.

Para Ângela de Castro Gomes, a questão social que antes era vista como um perigo permanente de ordem moral e sanitária, como resultado do desequilíbrio das relações no mundo do trabalho que deveria ser combatido e até mesmo aniquilado, passa a ser visto como um

¹⁴ Também temos o *Mensário Catolicismo*, fundado por Plínio Corrêa de Oliveira, intelectual católico que exerceu várias funções como escritor, conferencista, advogado e professor de História na PUC-SP. Na Constituinte de 1934 foi o deputado mais votado. Jornalista, congregado mariano, fundador da Ação Universitária Católica (AUC) na Faculdade de Direito de São Paulo. De todos os cargos que exerceu ficou mais conhecido por ser o principal líder e primeiro presidente do Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defendia a TFP (Tradição, Família e Propriedade). Informações disponíveis em: www.tfp.org.br/tradicao-familia-e-propriedade/fundador Último acesso: 03/02/2022.

campo para a atuação pastoral da Igreja, despindo todo o caráter negativo da realidade brasileira.

Com o Estado Novo em 1937, o governo se coloca como portador único de dinamizar o cenário político e social do país. O próprio Partido Comunista do Brasil, criado em 1922, já havia sido posto na clandestinidade com a decretação da Lei de Segurança Nacional, em 1935. O governo não desacreditava da capacidade da classe operária. Levava a sério a luta de classes, o que se fazia necessário a introduzir aspectos disciplinadores. Apoiando o Estado, a Igreja desenvolvia o papel de “espiritualização das classes” (SOUZA, 2002, p. 152) Neste intuito, a Igreja traria o aspecto de que o trabalho deve ser visto como dignificante, salutar, cujos esforços são positivos para a própria salvação e o bem estar social.

O idealismo da Ação Católica se evidenciava no propósito de organizar associações profissionais que agremiassem trabalhadores por categoria com pautas comuns. Para além do sindicalismo clássico, a perspectiva era de “catolicizar” os trabalhadores. A implementação das políticas trabalhistas significava para o governo Vargas

a promoção da tranquilidade coletiva e o amparo à família. Essa era a base econômica e moral do homem, seu meio específico de vida. Se o Estado se voltava para o homem, era pela família que ele o atingia mais profunda e rapidamente. Dessa forma, era pela família que o Estado chegava ao homem e este chegava ao Estado. Ela era a *célula política primária*, o *leitmotiv* do esforço produtivo dos indivíduos. (grifo da autora)

Em janeiro de 1937, é publicado o *Manual de Ação Católica*. O livro é dividido em dois tomos, onde encontramos diretrizes, objetivos e instruções que deveriam ser seguidas por todos os organismos institucionais dos apostolados leigos. Priorizamos o capítulo IV, intitulado o *Fim imediato da Ação Católica*. Ao analisarmos, observamos o caráter formativo da instituição.

Mons. Luiz Civardi, autor do manual, coloca que o “primeiro trabalho da Ação Católica” seria *formar as consciências*, a partir de um programa que abrangia:

- a) formação religiosa, que tinha na "preparação do homem no exercício dos seus deveres para com Deus";
- b) formação moral, que corresponde a "preparação da vontade para o exercício das virtudes morais";

c) formação social, esta consiste em "adestrar à vontade no exercício desses deveres sociais", ou seja, "a educação social ensina o modo de aplicar os preceitos e os conselhos evangélicos a vida social".

d) a formação apostólica, que envolve a caridade cristã (CIVARDI, 1937, p. 75).

No Estatuto da Ação Católica Brasileira, temos aos pontos que norteiam a organização leiga. Sobre os fins e natureza da ACB, o documento coloca que o principal objetivo é a “difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social”, exercendo suas atividades de forma livre em relação aos partidos políticos, não proibindo que os seus membros se filiassem, desde que sua atuação política partidária não entrasse em conflito com militância de Cristo. No artigo 6º, os grupos são divididos pelos meios, por idade e sexo:

[...] a) Homens da AC (HAC), para maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; Liga Feminina da AC (LFAC), para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; c) Juventude Católica Brasileira (JCB), para moços de 14 a 30 anos; d) Juventude Feminina Católica (JFC), para moças de 14 a 30 anos. As associadas da Juventude Feminina Católica, logo que atinjam a idade de 25 anos, é facultada a passagem para a Liga Feminina de Ação Católica; aos 30 anos completos, é obrigatória.

O art.8 diz respeito aos critérios necessários para estar na ACB: vida exemplar, prática dos sacramentos, aceitação prévia dos programas da AC e o pagamento de uma taxa definida pelos Conselhos Diocesanos, sob a orientação do Conselho Nacional. Os documentos são burocráticos e não trazem muitos aspectos religiosos.

Entendemos, como propõe Maritain, que a AC, ao ser um instrumento de transformação e reavivamento moral, deveria “atingir (...) as estruturas da vida social da humanidade e comportar destarte (...) uma verdadeira realização social temporal do Evangelho”. (MARITAIN, 1965, p. 205).

Por fim, após entendermos as dinâmicas da Igreja em relação à República, colocamos que essa busca por parte da Igreja estava atrelada ao processo de restauração do catolicismo na sociedade. Não se trata de pensar especificamente em reformas na própria instituição, mas de reavivar o espírito religioso, mantendo-o ou reafirmando-o a partir das novidades trazidas pelo

novo regime. A Restauração Católica, no entendimento de Borin¹⁵, é que este processo visava a manutenção da estrutura católica, o respeito à figura do padre, do bispo, como uma resposta ao anticlericalismo do período e também a preocupação de purificar tudo aquilo que pudesse caracterizar profanação, fanatismos e superstições que desfiguravam a verdadeira fé a ser seguida. A própria abertura que será dada às escolas confessionais e o ensino religioso, principalmente no governo Vargas¹⁶, tem a nuance da formação cívica sob a égide do “Ordem e Progresso”.

No livro, “*O papel do sacerdote na Ação Católica*”, publicado em 1947, cujo revisor do texto é d. Antônio Reis, à época bispo de Santa Maria/RS, coloca que a “Ação Católica (...) meio seguro, meio insubstituível, meio absolutamente necessário para tornar a dar, alimentar e desenvolver a Cristo nas almas” (p. 10).

Quanto aos membros do clero, cabia a missão de “organizar e realizar seu ministério em função da A. C.” (p. 14), ou seja, parte extensiva da sua atuação pastoral enquanto sacerdote. Aos Assistentes da Ação Católica, o papa Pio XI elucidava que estes eram os representantes dos bispos e embora a organização do movimento fosse por parte dos leigos, estes deviam garantir “a fiel e constante aplicação dos princípios e diretivas estabelecidos pela hierarquia da Igreja” (p. 19), sendo um “regulador” conforme a vontade da Igreja (p. 21).

O documento aponta que o papel do assistente eclesiástico em relação aos membros era a de: 1) escolher os chefes; 2) guiar os chefes na Ação; 3) conhecê-los; 4) compreendê-los; 5) adaptar sua vida às verdades cristãs; 6) trabalhar constantemente em sua própria formação como assistente.

Vemos, portanto, o papel disciplinador que o clero teve neste contexto. O atendimento às orientações da hierarquia subtende-se atender aquilo que o Estado professa, haja vista a reconciliação da Igreja com o mesmo, processo efetivado com a identificação de pontos em comum.

¹⁵ BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República**. Tese de Doutorado – UNISINOS, 2010.

¹⁶ GRECO, Ângelo Antônio. **O ensino religioso nas escolas públicas paulistas (1930-1945)**, Tese de Doutorado, São Paulo, 2016.

3 Considerações finais

Ao chegar no horizonte desta pesquisa, se faz necessário estabelecer algumas conclusões. Referimo-nos a *horizonte* devido sua definição: linha circular em que a terra ou o mar parecem unir-se ao céu, e que limita o campo de visibilidade de uma pessoa.

Entendemos o processo de investigação histórica como aquele que visa a construção do conhecimento sobre determinado tema *em história*, como a oportunidade de vislumbrar as variadas possibilidades que o campo de estudo de História da Igreja, religiões e religiosidades proporciona. Isso se evidenciou ao longo das leituras, do acesso aos materiais disponíveis. Limitação, pois não vemos tudo, mas um prisma que satisfatoriamente responde aos propósitos e questionamentos que possibilitaram a pesquisa.

Salientamos que o presente trabalho se apresenta como um caminho aberto para aprofundamento, crescimento intelectual, aprimoramento das análises e da própria pesquisa, o que não nos leva a pretensão de deixá-la fechada por hora. Se faz necessário aprofundar a preocupação do clero com o trabalhador, a formação do movimento operário no Brasil no processo de industrialização brasileira e como a instituição católica por meio de seus agentes operou.

Embora o objetivo tenha sido fazer uma síntese geral, buscando os fundamentos da Ação Católica e como ela serviu de apoio para os interesses da Igreja e do Estado brasileiro reconciliados, foi possível compreender que o catolicismo enquanto elemento cultural e institucional presente no mundo é multifacetado, envolve-se com o poder e as ideias, as disputas sociais que estão em jogo. Não poderia ser diferente, pois a Igreja, embora versa sua atividade em vistas de uma perspectiva atemporal, até que se atinja aquilo que espera e crê como verdade, está inserida na sociedade e nela se movimenta.

Entendemos que o papel do sacerdote na Ação Católica, como líder sócio-religioso, foi um meio capaz de atender às exigências do processo de restauração católica no Brasil, de recristianização da sociedade e também aos interesses do Estado em organizar as classes, afastando de um “mal maior” denominado comunismo, mantendo estruturas sociais, políticas e econômicas antigas, tendo como protagonistas a família e o trabalho. Trata-se de uma resposta às inquietudes do episcopado e à necessidade de reafirmar a identidade católica do país, a fim de permanecer no espaço social e cultural em razão das inovações trazidas pelo regime republicano.

Por parte da Igreja, estes esforços caracterizam as disputas no campo religioso, uma vez que o laicismo republicano deu margem para a liberdade religiosa, o que possibilitou a presença

mais expressiva de outras religiosidades. Por sua vez, os leigos encontraram na Ação Católica um bálsamo que vinha ao encontro de seus princípios morais, políticos e religiosos, como uma salvaguarda e reafirmação de suas perspectivas, o que vemos na defesa e vinculação de intelectuais católicos em periódicos. Trata-se do poder das ideias e da tentativa de retomar o ideal de uma nação católica e aversa àquilo que o poder político da época e o pensar social da Igreja apontavam como desestabilizante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando. **O estado leigo e o projeto ultramontano**. História do pensamento católico no Brasil – IV. São Paulo. Paulus, 1994.

ATAÍDE, Tristão de (Alceu Amoroso de Lima). **Indicações**. *A Ordem*, São Paulo, n. 1, 1930.

BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 1, p. 75-102, 2010. Disponível em: <<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/56>>. Acesso em 25 ago. 2021.

_____. Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 305-325, 2012. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3073>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República**. Tese de Doutorado – UNISINOS, 2010.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Sintra: Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CARONE, Edgard. Brasil anos de crise 1930-1945. São Paulo: Ática, 1991, p. 180-273.

CASSIRER, Ernest. **Antropologia filosófica – ensaio sobre o homem**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Algés: DIFEL, 2002.

GARRONE, Mons. **Sei e Creio: Enciclopédia do Católico no Século XX**. Editora FLAMBOYANT. 1960.

GOMES, Angela de C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 53-72.

GRECO, Ângelo Antônio. O ensino religioso nas escolas públicas paulistas (1930-1945), Tese de Doutorado, São Paulo, 2016.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários)**. São Paulo: Loyola, 1991.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LIMA, Alceu Amoroso. **Pela Ação Católica**. Rio de Janeiro: Biblioteca Anchieta, 1935.

LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil República**. Editora Paulinas. São Paulo 1991.

MARITAIN, Jacques. O homem e o Estado. 2. Ed. Trad. Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

POMIAM, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: RIOUX, Jean; SIRINELLI, Jean. **Para uma história cultural**. 1. ed. Lisboa: Estampa, 1998. Cap. 3, p. 71-96.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean; SIRINELLI, Jean. **Para uma história cultural**. 1. ed. Lisboa: Estampa, 1998. Cap. 6, p. 123-138.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro. Editora: UFRJ, 2002.

REMY, Jean. “**La hiérarchie catholique dans une société sécularisée**”. Sociologie et sociétés. Vol. XXII, n. 2, out. 1990, pp. 21-32.